

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 1.883, DE 2007

Institui o “Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento”.

**Autor:** Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA

**Relator:** Deputado ANTONIO CARLOS  
BISCAIA

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei referenciado institui o “Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento”.

Segundo justifica o autor:

*“A proposta pretende dar às vítimas dos escalpelamentos por eixos dos motores das embarcações, uma assistência social diferenciada por ocorrer basicamente na região amazônica.*

*O escalpelamento é o arrancamento brusco e acidental do escalpo humano. O acidente ocorre quando as vítimas, ao se aproximarem do motor por acaso, tem seus cabelos puxados pelo eixo. A forte rotação ininterrupta do motor ao enrolar os cabelos em torno do eixo, arranca inexoravelmente todo ou parte do escalpo da vítima, inclusive sobrancelhas, grande parte do rosto e em alguns casos outras partes como orelhas, braços e pernas levando à deformações graves e até a morte.”*

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovou com substitutivo, em julgamento de mérito.

O referido substitutivo suprime o art. 1º - considerado desnecessário – e o parágrafo único do art. 2º, que determina ao Poder Executivo, em qualquer esfera administrativa, a adoção de medidas concretas que impliquem aumento de despesa orçamentária. Reformula, também, a redação do art. 2º, agora como art. 1º, adequando-o à ementa apresentada.

Nesta fase, o projeto de lei em epígrafe e seu substitutivo, que tramitam em regime ordinário e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, encontram-se submetidos ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para parecer, ocasião em que não receberam emenda.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, consoante o art. 32, IV, “a”, do RICD, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional do projeto de lei referenciado e do substitutivo apresentado na Comissão de Educação e Cultura.

Analisando-os, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional. O único vício de constitucionalidade presente no Projeto ora analisado – dar atribuição a outro Poder – foi sanado com a apresentação do substitutivo na Comissão de Educação e Cultura, que suprimiu o comando.

Ademais, as proposições não contrariam Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa e redacional com que foi elaborado, elas não merecem reparo, vez que observam os ditames da Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Regimentalmente, não cabe a esta douta Comissão do Constituição e Justiça e de Cidadania o exame de mérito da proposição. Entretanto, manifesto minha posição contrária à competência legislativa federal para a criação de datas comemorativas.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 1.883, de 2007, nos termos do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, que também é constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 2008.

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA  
Relator